

13 milhões e 200 mil estão sem emprego

Desemprego cresce

em 2017 e desmente

recuperação de Temer

Reprodução



Os dois são negros
EUA manteve
inocente preso
por 38 anos

Malcolm Alexander, que havia sido condenado à prisão perpétua por estupro na Louisiana (EUA), foi libertado após teste de DNA inocentá-lo. **Pág. 7**



Criança de sete
anos é presa e
algemada em
Miami, Flórida

Vem causando indignação geral um vídeo gravado pela mãe, mostrando menino de sete anos que foi algemado na escola em Miami e levado em uma viatura policial. **P. 7**

Para Datafolha,
saída de Lula
enfraquece PT
e governistas

Quem ganhou fôlego foram Marina Silva/REDE (16%) e Ciro Gomes/PDT (13%). Lulistas e governistas se enfraqueceram com a saída de Lula do páreo eleitoral, como mostra a pesquisa do Datafolha. **Pág. 3**



O Bonde do Temer para acabar com a Previdência
O ataque de Temer à Previdência está nas mãos de figuras como Cristiane Brasil, filha de Roberto Jefferson, aqui retratada pelo chargista do DC. **P. 3**

HORA DO POVO
ANO XXVIII - Nº 3.605 2 a 6 de Fevereiro de 2018

1 REAL BRASIL
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Política recessiva do PT e PMDB fez taxa piorar a cada ano, desde 2014

Depois de um ano – ou até mais – com Meirelles e Temer gargorejando uma suposta recuperação da economia, o IBGE confirmou todos os que a desmentiram – ou sentiram que era mentira. O desemprego, em 2017, foi o maior desde 2012. Houve um aumento de 1,5 milhão de desempregados em relação a 2016 e de 6,5 milhões (de 6,7 milhões para 13,2 milhões) em relação a 2014 – em três anos, houve um aumento de 96,2%. A taxa de desocupação passou de 11,5% em 2016, para 12,7% em 2017, a maior de toda a história da PNAD Contínua. **P. 2**

TRF-4 nega pedido de Lula para fugir de Moro no caso do sítio

Mais duas derrotas: STJ rejeitou habeas corpus para impedir prisão e presidente do STF disse que a execução da pena após a 2ª instância é assunto já resolvido

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região de Porto Alegre (TRF-4) negou na quarta-feira (31), por unanimidade, um pedido da defesa de Lula para afastar o juiz Sérgio Moro da condução do processo do sítio em Atibaia, no qual ele é réu juntamente com outras 12 pessoas. Na terça-feira (30) o vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Humberto Martins, já havia rejeitado um pedido da defesa de Lula para que a Corte impedisse a prisão do ex-presidente. Lula é investigado pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. **Página 3**

França decide incluir tráfico de drogas nas contas do PIB

Atendendo à determinação da União Europeia e seu órgão estatístico, o Eurostat, a França anunciou uma revisão no cálculo do PIB para incluir o dinheiro do tráfico de drogas. Itália, Espanha e Grã-Bretanha já haviam incluído. Por divergências de metodologia, a França – ao contrário da orientação da UE – não incluirá nos cálculos o dinheiro da prostituição. **P. 7**



João Vicente Goulart recebe o apoio de lideranças da juventude na cidade onde estão Getúlio, Jango e Brizola

Filho de Jango é lançado presidente em São Borja

O ex-deputado e dirigente político, João Vicente Goulart, do Partido Pátria Livre (PPL), lançou sua pré-candidatura a presidente do Brasil na quarta-feira, em São Borja (RS). João Vicente é filho do inesquecível presidente João Goulart, o Jango. Depois de uma série de entrevistas à imprensa local, João Vicente empossou, na Câmara de Vereadores, a nova executiva municipal do Partido Pátria Livre de São Borja. À tarde, ele visitou os jazigos dos heróis da Pátria, onde estão os restos mortais de Getúlio, Brizola e de seu pai. “Estou disposto a cumprir essa missão que o PPL está me colocando. E missão partidária não se discute, cumpre-se”, discursou o pré-candidato. **Página 3**

Gasto com juros foi de R\$ 400 bilhões em 2017

Deputados gaúchos não votam o pacote de arrocho de Sartori

Mesmo com três sessões extraordinárias da Alergs, governo não conseguiu colocar em votação o regime de arrocho e privatizações das estatais do estado

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul saiu derrotado pela terceira vez consecutiva da Assembleia Legislativa, nesta quarta-feira (31), sem conseguir sequer iniciar a votação do PLC 249, que autoriza a adesão do estado ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) do governo federal, e às três propostas de emenda a Constituição (PECs) que autorizam a privatização da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (Sulgás), da Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e da Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul (CEEE), sem a necessidade de realização de plebiscito.

O arrocho fiscal imposto pelo RRF foi a contrapartida exigida pelo governo federal para adiar em três anos o pagamento das parcelas da dívida do Estado com a União, que hoje está em R\$ 57 bilhões.

A adesão ao RRF implica na privatização das estatais e dos bancos públicos BAN-RISUL, BRDE e BADESUL, ainda, requer a alienação de ativos, congelamento de salários, não realização de concursos e promoções asseguradas em planos de carreira, e a renúncia ao direito de mover ações judiciais que questionem a dívida com a União e o pagamento de juros, aumento de 11% para 14% a contribuição previdenciária dos servidores, dentre outras maldades. Tudo isso passando pela aprovação dos deputados.

Desde segunda-feira (29), o governo tenta aprovar os projetos, mas com as investidas da oposição e dos servidores dentro da Assembleia o governo foi cada dia recuando um pouco mais. No começo se falava na aprovação, com a chegada dessa quarta, o discurso dos peemedebistas era que se precisava votar, falar em aprovação já estava muito difícil.

Durante a sessão, como nos dias anteriores, houve discussão entre a base aliada do governador José Ivo Sartori (PMDB) e a oposição. Ao longo de quatro horas de discursos inflamados, a maioria deles foram críticos ao governador e seus planos sombrios para os trabalhadores gaúchos.

Nas galerias, vaias e protestos dos servidores públicos que erguiam faixas com os dizeres: "Não a entrega do patrimônio gaúcho"; "O RS não está à venda"; "Não ao ajuste fiscal"; "Fora vendilhões do RS"; "A saída para o RS é o combate a corrupção"; "Deputado preste atenção: seu voto agora, tem resultado na eleição"; "Não temos \$\$ para financiar campanhas, mas temos votos", sustentaram o coro contra o ajuste fiscal peemedebista.

Nos dois primeiros dias da convocação (29 e 30), devido à estratégia da oposição de ocupar todo o seu tempo de fala, a Assembleia só havia aprovado o requerimento que autorizava a realização da convocação extraordinária, durante o recesso parlamentar, demonstrando a fragilidade que esta-

va o governo gaúcho.

Nesta quarta, os debates foram retomados com a discussão da ordem das votações. Para o líder do governo, Gabriel Souza (PMDB), a aprovação do requerimento já determinava que a ordem da votação dos projetos deveria ser a escolhida pelo governador, isto é, o PLC 249 primeiro. Contudo, valendo-se de um artigo do regimento interno, o presidente Edgard Pretto (PT) definiu que as PECs tinham prevalência sobre os PLCs e, portanto, deveriam ser apreciados antes.

No final da tarde de terça, o deputado Tarcísio Zimmermann (PT) apresentou um requerimento pedindo que a inversão da pauta fosse aprovada por líderes de bancadas que, somados, representam 37 deputados. Por falta de tempo, essa votação não foi encerrada ontem e precisou ser continuada hoje, que depois das falas de liderança, a inversão da pauta acabou sendo recusada por decisão do PT, PDT, PCdoB e Psol (oposição).

O líder do governo na casa, então apresentou um novo requerimento de inversão de pauta, mas o presidente da Assembleia recusou o pedido. Com isso, abriu-se a oportunidade para que todos os deputados debatessem a inversão da pauta, de novo, o que acabou sendo feito, inclusive por deputados da base de Sartori, e assim a sessão foi encerrada sem sequer votar este requerimento, muito menos iniciar os debates dos PLCs e das PECs, para vitória dos trabalhadores e derrota do governo gaúcho.

Visivelmente irritado com sua derrota Sartori fez um pronunciamento, pouco após a Assembleia Legislativa terminar a terceira sessão extraordinária convocada pelo Executivo sem analisar nenhum dos projetos encaminhados pelo governo. Ele criticou os acontecimentos e afirmou: "desejamos que pelo menos se vote".

SAÍDA

A irritação do governador, também tem causa na perda de apoio, que seu mandato está enfrentado com os últimos acontecimentos. Após essa derrota na Assembleia, Artur Lemos Júnior (PSDB) anunciou a sua saída da secretaria de Minas e Energia do Governo do Estado.

Lemos deixou a função após atender decisão da presidência estadual do PSDB, que determinou prazo para que filiados ao partido se desliguem de cargos no governo de José Ivo Sartori.

Por tramitar com urgência, o PLC 249 passa a ser prioridade com o fim do recesso na próxima semana. Enquanto não for votado, impede que outras proposições sejam. Outro ponto a favor dos trabalhadores é que o governo Sartori precisa que as emendas à Constituição (PECs) que permitem a privatização das estatais sem a necessidade de plebiscito sejam aprovadas, mas elas estão travadas na Comissão de Constituição e Justiça desde dezembro, exigem 33 dos 55 votos, que a base aliada do governador não tem.

MAÍRA CAMPOS



Servidores ocuparam as galerias da assembleia legislativa contra o pacote

População terá que pagar mais R\$ 4,4 bilhões nas contas de luz em 2018

Os consumidores pagaram R\$ 6,14 bilhões a mais nas contas de luz em 2017, devido à cobrança da bandeira tarifária, de acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Apesar disso, o valor arrecadado não foi suficiente para pagar o custo extra com a produção de energia do ano, e os usuários terão que arcar com mais essa despesa em 2018.

O valor que ainda está em aberto chegou a R\$ 4,4 bilhões. Em 2016, a arrecadação via bandeiras tarifárias foi de R\$ 3,3 bilhões, e em 2015, primeiro ano da cobrança, foram pagos R\$ 14,726 bilhões.

O montante que falta ser pago, no momento um rombo de R\$ 4,4 bilhões, será repassado aos consumidores por meio do aumento das tarifas de energia. E, como existe um prazo entre a apuração da dívida e o pagamento às distribuidoras, haverá cobrança de juros, que também serão pagos pelos consumidores.

O sistema de bandeiras tarifárias foi criado durante governo Dilma Rousseff, após o



Valor será incluído na conta por meio de novo aumento

fracasso da MP 579, de sua autoria, que prometia baixar as contas de energia em 20%. Com a MP, a Eletrobrás acabou assumindo todo o ônus da redução forçada e acumulou dívidas, enquanto as distribuidoras de energia, em sua maioria multinacionais, mantiveram suas altas taxas de lucro. O sistema de bandeiras na realidade impulsionou o tarifaço, que, com a desculpa de incentivar os consumidores a reduzir o consumo, aumentou muito as contas de energia. Somente no ano de 2015, a média de aumento chegou a 50% em todo o país.

Segundo o governo, o aumento na conta representa a elevação do custo de geração por conta do

uso de usinas termelétricas que produzem eletricidade mais cara, que são acionadas quando os reservatórios das hidrelétricas estão baixos, geralmente pela falta de chuvas.

Em 2017, a bandeira tarifária ficou quatro meses na cor vermelha patamar 1, com cobrança extra de R\$ 3 a cada 100 quilowatts (kWh) consumidos, e dois meses na cor vermelha patamar 2, com cobrança de R\$ 5 a cada 100 kWh. A bandeira amarela foi usada por três meses, quando houve taxa extra de R\$ 2 a cada 100 kWh consumidos. A bandeira verde, sem taxas a mais na conta de luz, só foi aplicada durante três meses.

Casos de febre amarela aumentaram 64% em uma semana, admite governo

Segundo balanço divulgado pelo Ministério da Saúde, na última terça-feira (30), o país já registra 213 casos confirmados de febre amarela, com 81 mortes. Só na última semana, houve um aumento de 64% no total de casos, frente aos 130 que tinham sido confirmados desde julho de 2017. O número de óbitos quadruplicou em quinze dias, quando o órgão contabilizava 35 casos e 20 mortes.

Em reunião no Conselho Nacional de Saúde, ministro da Saúde, Ricardo Barros, disse que o menor número de casos registrados no período atual em relação ao anterior mostra que "as ações de prevenção e planejamento foram adequadas".

Apesar de desde 1º de julho de 2017, terem sido confirmados 213 casos, outros 435 permanecem em investigação. Entre julho de 2016 e 30 de janeiro de 2017, foram confirmados 468 casos.

Os números do balanço federal também têm uma defasagem em relação aos divulgados pelas secretarias estaduais de saúde, que mantêm dados atualizados diariamente. Até dia 30, no balanço federal, São Paulo, o estado mais atingido, apareceu com 108 casos confirmados e 43 mortes, já, segundo a secretaria de saúde do estado, eram 134 casos confirmados e 52

mortes. O segundo no estado mais atingido, Minas Gerais, segundo o governo federal foram 77 casos confirmados e 30 mortes, enquanto a secretaria estadual confirmou 81 casos e 36 mortes. No Rio de Janeiro, o terceiro estado mais atingido, o ministério afirmou haver 32 casos e 11 mortes, enquanto o estado confirmou 27 casos confirmados e 7 mortes.

Os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro iniciaram no último dia 25 uma campanha emergencial de vacinação, com o uso da dose fracionada, que tem um quinto da dose padrão. A Bahia também fará vacinação fracionada entre os dias 19 de fevereiro e 9 de março.

TJ-RJ aceita a 21ª denúncia contra ex-governador Cabral

A 21ª denúncia da Operação Lava-Jato contra o ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB) por lavagem de dinheiro, foi aceita pela juíza Caroline Vieira Figueiredo, da 7ª Vara Federal do estado. Cabral agora é réu mais uma vez.

A magistrada, que no momento substitui o juiz Marcelo Bretas, em férias, apontou "fortes indícios de autoria e materialidade".

Além de Cabral, outros seis investigados também se tornaram réus após a aceitação da denúncia. São eles: Ary Ferreira da Costa Filho, Sérgio Castro de Oliveira que se encontra preso na cadeia de Benfica, Gladys Silva Falci de Castro Oliveira, Sonia Ferreira Batista, Jaime Luiz Martins e João do Carmo Monteiro Martins. Todos os réus são acusados pelo crime de lavagem de dinheiro por meio de empresas

do Grupo Dirija, controladas pelos delatores, Jaime Luiz e João do Carmo.

A Lava Jato acusou Sérgio Cabral por 213 atos de lavagem de dinheiro sobre o valor de R\$ 10,2 milhões, somente nesta denúncia.

O ex-governador está preso desde novembro de 2016, e após as denúncias de privilégios na penitenciária de Benfica, no Rio, foi transferido para uma prisão de Curitiba.

Na última quarta-feira (31), o vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Humberto Martins, negou a liminar impetrada pela defesa de Sérgio Cabral, para voltar ao presidio José Frederico Marques, em Benfica, na zona norte do Rio.

Segundo o entendimento do ministro Humberto Martins, não há ilegalidade na decisão que determinou a transferência de Cabral para o Paraná. O magistrado também afirmou



Cabral está preso em Curitiba, no Paraná

que manter o ex-governador no sistema prisional do Rio de Janeiro seria ineficaz, já que existem provas do controle e influência exercidas por ele nas unidades penais do Estado, como os benefícios inimagináveis num presidio de segurança máxima, inclusive a instalação de uma sala de cinema.

CARTAS horadopovo@horadopovo.com.br

Nomeação I

A figura de Cristiane Brasil é a maior representação do que é o governo Temer. É estardalhaço por desrespeito às leis trabalhistas, tenha sido nomeada para ocupar o Ministério do Trabalho, uma das pastas mais importantes e emblemáticas da República. A nomeação desta cidadã foi a condição imposta pelo notório Roberto Jeferson, presidente do PTB, para apoiar os ataques de Temer à Previdência Social. Ou seja, para garantir o roubo das aposentadorias, Temer quer garantir o espaço para que a turma de Jeferson também possa roubar. Mas, a vida é uma caixinha de surpresas... Foi hilário ver a crítica de Roberto Jeferson ao vídeo de Cristiane Brasil, ministra de Temer, gravado durante a sua patuscada num iate.

Joaquim de Almeida - São Paulo, SP

Nomeação II

Como engolir essa nomeação do filho do deputado da tatuagem de Temer, para um cargo de tanta responsabilidade e de tanta importância para o estado do Pará? O garoto de 22 anos nem terminou a faculdade e já irá administrar recursos de R\$ 100 milhões? Não há dúvidas de que o deputado tem algum interesse, com certeza deve ter mexido alguns "pauzinhos" para colocar o filho nesse cargo. É inacreditável a forma como as coisas vão acontecendo no nosso país.

Alice Matos - por correio eletrônico

Botijão de gás já custa R\$ 105 em Cuiabá (MT)

A mudança realizada pelo governo Temer na política de preços do gás de cozinha à venda nas refinarias da Petrobras causou um impacto tremendo para os consumidores de todo o país.

O anúncio realizado pelo governo de que o preço nas refinarias teria uma redução de 5%, não foi nada mais que uma tentativa de enganar a população, porém a realidade é bem diferente.

Segundo a pesquisa semanal de preços realizada pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), o preço médio do botijão de gás nas capitais do país estão muito acima do adequado. O levantamento da própria ANP foi realizado entre os dias 21 e 27 de janeiro, após a suposta redução do preço.

Cuiabá (MT) tem o maior preço do produto registrado no país, sendo o preço médio de R\$ 93,45 e podendo chegar até R\$ 105, cada unidade do botijão. Dos 42 postos pesquisados na capital mato-grossense, não foi possível encontrar nenhuma unidade por menos de R\$ 90.

Em Palmas (TO), a situação também é bem séria, com o preço médio do botijão por R\$ 88,32, com lugares que chegam até R\$ 92.

Na cidade do Rio de Janeiro o preço médio é de R\$ 70,57. Em comparação com o mesmo período do ano passado houve um aumento de 32%, quando o produto era vendido em média, a R\$ 53,30. Ainda de acordo com a pesquisa, a Zona Oeste da cidade é onde estão os preços mais altos. Em Santa Cruz, o consumidor chega a pagar R\$ 85 pelo botijão de 13 litros. Em São Paulo, o preço médio da unidade do produto está em R\$ 67,5, custando R\$ 80 nos postos mais caros da cidade.

Tarifa do Trensurb aumenta 94% no RS

O preço da passagem paga pelos usuários do trem metropolitano de Porto Alegre sofreu um aumento de 94%, e passará de R\$ 1,70 para R\$ 3,30 a partir do dia 3.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários e Conexas do RS (Sindimetrô/RS), o aumento abusivo realizado pelo governo federal tem a clara intenção de viabilizar a privatização da Trensurb, a companhia de trens que opera a linha.

O sindicato enfatiza ainda que o aumento de 94% "está fora da realidade vivida pelos trabalhadores e estudantes que utilizam o meio de transporte". Diariamente, o trem transporta 185 mil passageiros ligando a região metropolitana da capital gaúcha com as cidades de Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo.

"O aumento é abusivo, pois não leva em conta a grave crise de emprego enfrentada pelo País. São mais de 14 milhões de desempregados. Pessoas que diariamente se deslocam nas regiões metropolitanas atrás de novas oportunidades de trabalho. O preço acessível praticado pela Trensurb era um dos poucos serviços em que o trabalhador recebia o retorno do seu imposto", ressalta a nota.

Segundo a nota, o sindicato ainda argumenta que não existe motivo para que o índice de reajuste seja superior ao da inflação no período, e que o aumento é uma afronta do governo federal para privatizar a empresa.

Em abril deste ano, completará dois anos que os novos trens apresentaram problemas e tiveram que ser retirados de circulação para serem reparados. Durante este período, somente seis dos 15 veículos retornaram do concerto. O prazo para a devolução de todos os trens funcionando era para outubro de 2017.

Ainda segundo o sindicato, dos trens novos que estão operação, "dois estão totalmente 'canibalizados', com as suas peças retiradas para consertar defeitos nos demais". Para os servidores, isso mostra como o serviço da empresa está precarizado. O sindicato denuncia ainda o fechamento da maioria dos banheiros públicos das estações devido à falta de manutenção.

UM MODELO PARA O BRASIL. O livro mostra como estruturar uma sociedade equilibrada, onde todos podem ser felizes. Isso porque todos serão respeitados e, consequentemente, assistidos pelo Estado em suas principais necessidades. Claudío Lopes

Conlutas: “Na luta contra a reforma da Previdência não cabe a defesa de Lula”

ATNÁGORAS LOPES*

A tarefa dos movimentos sociais segue sendo a necessidade de parar o Brasil, caso Temer e esse Congresso cheio de corruptos insista em votar a reforma da Previdência e, para nós da CSP-Conlutas, nessa luta não cabe a defesa de Lula. Simples assim.

Nossa unidade é decisiva para que construamos uma nova e poderosa Greve Geral e, assim, possamos enterrar de vez esse ataque à nossa aposentadoria.

Os trabalhadores de nosso país já comprovaram sua disposição de luta e resistência contra os ataques do governo e dos patrões. Tanto é assim que tivemos o ano de 2017 atravessado por uma enorme mobilização de mulheres trabalhadoras, no último 8 de março; a maior Greve Geral dos últimos tempos, em 28 de abril; e um “Ocupa Brasília”, que levou mais de 100 mil pessoas à capital federal. Importante salientar que só não tivemos uma nova Greve Geral por culpa do desmonte feito pela cúpula das maiores centrais sindicais.

Para colocarmos novamente em marcha a nossa luta e a nossa resistência, é preciso convocar unitariamente a nova Greve Geral e, para isso, é decisivo que mantenhamos como nosso centro a luta contra os ataques à Previdência Pública, agregando a defesa da revogação da reforma trabalhista e a exigência de emprego para todos. Além disso, um bom combate nas ruas que nos permita botar para fora Michel Temer e todos os corruptos do Congresso Nacional.

Reafirmamos essas ideias e bandeiras políticas por entender que em nossas tarefas e desafios comuns não cabe, aliás, não é nossa tarefa e nem do conjunto de nossa classe, a defesa Lula.

A luta contra a reforma da Previdência não deve se misturar com a defesa de Lula! Tentar impor a defesa da candidatura petista para as eleições desse ano, como faz agora a direção da CUT, não só não contribui com a Greve Geral, como impede a necessária unidade de nossa classe para enterrar de vez essa reforma.

Insistimos no chamado ao conjunto das centrais sindicais e demais organizações do movimento sindical, popular e estudantil para que, desde já, realizemos atividades comuns de preparação da Greve Geral contra a reforma da Previdência em todas as cidades, estados e regiões. Essa é a tarefa que nos cabe. É isso que nossa classe e a atual realidade nos exige.

*Atnágoras Lopes é membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas

Presidente da Associação Nacional de Procuradores da República (ANPR): “Propaganda do governo para aprovar reforma é mentirosa”



José Robalinho, presidente da ANPR condenou as mentiras do governo



Manifestação em forma de escola de samba repudiou reforma de Temer

Cerca de 2 mil aposentados ocupam a Paulista em desfile-protesto contra assalto à Previdência

Cerca de dois mil aposentados ocuparam, na terça (30), a Avenida Paulista. “O objetivo é dizer que os aposentados não aceitam a reforma da Previdência”, afirmou Marcos Bulgarelli, presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi), ligado à Força Sindical.

O Sindnapi organizou de forma inédita um desfile-protesto com a escola de samba “Unidos dos Aposentados”, que se manifestou ao som do samba-enredo “Quem Lutou a vida inteira, exige mais

respeito”. Seis alas temáticas, identificadas por cores, com 300 componentes cada compuseram o desfile. “Alô seu deputado tenha consciência/ Não flagele o nosso povo reformando a Previdência/ Alô seus Governantes tenham consciência/ Não flagele a nossa gente reformando a Previdência”, cantaram os aposentados.

Segundo Bulgarelli, “não adianta o presidente Temer fazer terrorismo, tentando convencer o povo de que daqui a dois anos não terá mais dinheiro pra Previdência. Sabemos que isso é mentira. Nossa obriga-

ção é ir para a rua e mostrar que isso tudo só vai prejudicar os trabalhadores”, disse o representante dos aposentados.

Para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos e Região, José Pereira dos Santos, “é preciso a sociedade se mobilizar contra a reforma. Se ela fosse boa, Michel Temer não estava pagando para os parlamentares votarem. O movimento sindical precisa mobilizar mais a sociedade e as bases e colocar o povo na rua. É preciso mudança”, destacou Pereira.

Servidores Públicos reforçam convocação de greve geral dia 19 em encontro nacional

O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) realizaram no fim de semana (2 e 3) uma reunião ampliada para traçar estratégias contra a reforma da Previdência.

Ambas as entidades estão mobilizadas desde o ano passado contra a aprovação da reforma e já definiram algumas ações para esse mês, como no dia do retorno das atividades do Congresso Nacional, 5 de fevereiro, em que está prevista a leitura do texto da Reforma. As entidades farão mobilizações em Brasília, nos aeroportos e nos estados, para

pressionar os deputados.

Para a reunião do final de semana, “vamos reabrir as mobilizações dos servidores públicos federais e discutir prioritariamente as ações para barrar a reforma da Previdência”, explicou o dirigente da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União (Fenajufe) Saulo Arcangeli.

“Precisamos estar nesse forte processo de mobilização e essa reunião ampliada será o pontapé para esse processo mais imediato contra a Reforma da Previdência, além dos outros ataques que já estão postos. Vamos fazer um chamado às centrais para

reafirmar a data da greve geral. Além disso, fortalecer a luta dos servidores públicos em unidade com os trabalhadores da iniciativa privada”, apontou o dirigente.

Dentre as pautas mais específicas dos servidores, está também o combate à MP 805, que aumenta a contribuição previdenciária dos servidores de 11% para 14%. Embora essa medida tenha sido suspensa por decisão judicial, o Supremo irá decidir sobre a constitucionalidade nos próximos dias e “nada impede o governo de mandar outra MP, apenas com esse aumento da alíquota. Então, é importante não baixar a guarda”, salientou Arcangeli.

Professores de universidades estaduais do Paraná denunciam calote nos salários e defendem greve

Funcionários das Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Universidade Estadual de Maringá (UEM) avaliam entrar em greve contra o calote no pagamento de salários.

O Governo do Paraná não realizou o pagando dos funcionários alegando que as universidades não aderiram a um novo sistema (RH-Meta4), um software, para a gestão de folhas de pagamento. Na última segunda-feira (29), as categorias já haviam

decidido por um indicativo de greve caso o governo de Beto Richa (PSDB) não pague – e não pagou – seus salários até o dia 31.

Para o Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Estadual de Londrina e Região (SINDIPROL/ADUEL), a decisão do Governo de que as Universidades Estaduais devem aderir ao Meta4 fere o direito de autonomia, garantido pela Constituição do Paraná, uma vez que ele poderá “uti-

lizar a folha de pagamentos dos docentes e demais servidores como instrumento de represália e controle, como tem feito exemplarmente com os professores da rede estadual de educação”, diz o Sindicato em nota.

De acordo com o governo estadual, os pagamentos não foram efetivados porque havia inconsistências nos documentos enviados pelas Universidades, fato que a Reitoria da Universidade Estadual de Maringá desmente.

Após ato que reuniu aposentados em Aparecida, entidades organizam marcha ao Congresso Nacional contra reforma

O presidente da Associação Nacional de Procuradores da República (ANPR), José Robalinho, denunciou nesta quarta-feira, 31, os ataques do governo federal aos servidores públicos, através da propaganda a respeito da reforma da Previdência veiculada em diversos meios de comunicação: “Um engodo monumental”.

Robalinho fez a denúncia durante evento na sede da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) que divulgou a mobilização dos magistrados e do Ministério Público na abertura do ano judiciário de 2018, realizada na quinta-feira, 01. Ele criticou a tentativa do governo de convencer a população dizendo que a reforma acabaria com os “privilégios” dos funcionários públicos e de que o país quebraria sem ela.

“Mentirosa’ é uma palavra forte, mas a aplico com a maior tranqüilidade. Fomos demonizados pelo governo como se fôssemos um empecilho, os responsáveis pelo déficit da Previdência”, afirmou o presidente da ANPR, que também está lutando para barrar a reforma no Congresso.

Os servidores públicos estão organizando uma ampla campanha (ver matéria nesta página) e, assim como as centrais CGTB e Conlutas, a COBAP (Confederação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos) e diversas federações de trabalhadores, estão em mobilização para a Greve Geral que acontecerá no dia 19, quando o governo pretende votar a reforma.

Para fundamentar a denúncia, a ANPR publicou um documento enumerando 10 mentiras da reforma da Previdência de Temer, explicando por que as propagandas são mentirosas, sendo a primeira delas justamente a questão dos privilegiados. A propaganda diz que apenas os servidores marrajá serão atingidos, no entanto, “a verdade é que os maiores prejudicados serão os trabalhadores da iniciativa privada. O governo esconde que a maior parte da “economia” pretendida de R\$ 476 bilhões virá das alterações do Regime Geral”.

Sobre o suposto rombo na previdência e a eminente “quebra” das contas públicas por causa desse tal déficit, a ANPR esclarece que “o Ministério da Fazenda revelou que o Regime Geral deixou de arrecadar de Previdência Social R\$ 57,7 bilhões com isenções e renúncias fiscais no ano passado” e ainda explica

que “o governo esconde que deixa de cobrar R\$ 427,73 bilhões dos grandes devedores da previdência e que distribui benefícios tributários para grupos econômicos privilegiados”.

Ora, se de fato existisse um rombo tão grande, por que o governo perdoaria todas essas dívidas ou concederia isenções aos que tem grandes ganhos justamente na hora de pagar a Previdência? A realidade, como provou a CPI da previdência realizada pelo Senado Federal, é que não há déficit. O governo fabrica esse número porque considera apenas a contribuição dos funcionários e patrões para contabilizar o caixa da Seguridade Social (pasta responsável pela previdência), deixando de lado a parte do governo.

Pelo que manda a Constituição, a arrecadação proveniente do PIS/PASEP, COFINS e a CSSL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), além de outras receitas, devem servir como fonte de renda para o pagamento da Previdência – mas há anos o governo finge que não tem que contribuir com nada e fabrica o déficit. “O governo manipula dados. Não é à toa que está fracassando no Congresso Nacional”, complementa Robalinho.

Outro ponto destacado é o de que não haverá corte de direitos dos trabalhadores. Essa é a essência da reforma: retirar dos trabalhadores para entregar aos bancos. Com a reforma, aquele que comprovar o tempo mínimo de 15 anos de contribuição ao INSS, receberá apenas 60% dos vencimentos da época da ativa. Para ter acesso ao valor integral são necessários 40 anos de contribuição. Como se não bastasse, ficará valendo a idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 para homens.

E vale lembrar que dois terços dos aposentados no país recebem hoje um salário mínimo. Isso significa que a “economia” que o governo pretende está baseada nos mais pobres, visto que a imensa maioria das pessoas não consegue se aposentar com mais do que o mínimo. A reforma é centrada em dificultar e diminuir a aposentadoria de quem já não está conseguindo uma aposentadoria digna.

São tantas mentiras que a propaganda do governo foi suspensa dos meios de comunicação por ter sido considerada divulgação de informação “inverídica”, além de desqualificar uma parte dos cidadãos brasileiros, notadamente os servidores.

Governo do RS deixa metade dos servidores sem salário

O governo do Estado do Rio Grande do Sul anunciou na terça-feira, 30, que deixará de pagar cerca de 153 mil servidores. O novo atraso do pagamento ocorre às vésperas da votação do pacote de arrocho fiscal, que tramita na Assembleia Legislativa Gaúcha de forma extraordinária. Sartori ameaça que, caso os quatro projetos que compõem o regime de recuperação fiscal não sejam aprovados, os salários continuarão a serem pagos com atraso. (ver matéria na página 4.)

De acordo com a Secretaria da Fazenda, receberam os salários nesta

quarta-feira os funcionários que ganham até R\$ 2,7 mil. A pasta diz ainda, que quitará todos os salários até o dia 16. Desde julho de 2015, o funcionalismo estadual sofre com o parcelamento e atraso de salários.

Para o presidente do Sindicato dos Técnicos-Científicos do Rio Grande do Sul, Nelcir André Varnier, “o jogo político do Governo [de José Ivo Sartori] é perverso, pois joga toda a conta em cima do servidor público com salários e 13º em atraso e precarização total dos serviços públicos”.



Chuva de ovos marcou sessão na Câmara

RN: servidores barram PL que extinguiu benefícios

Após um dia de protestos em frente à Assembleia Estadual, os servidores do Rio Grande do Norte conseguiram barrar uma série de medidas de arrocho fiscal pretendidas pelo governo de Robinson Faria. Com a pressão dos servidores sobre os deputados, que foram recebidos com uma chuva de ovos, foi retirado de pauta o projeto que extinguiu os Adicionais

de tempo de serviço (ADTS), como anuênios e quinquênios. “O Governo, por meio do seu líder foi obrigado a pedir a retirada da matéria, pois não tinha votos suficientes para passar a proposta. Foi decidido por unanimidade pelos deputados a retirada do projeto. Uma vitória memorável para todos os servidores públicos estaduais. Mexer no ADTS/Quinquênio era acabar com planos de cargos e carreiras. Vitória, vitória, vitória!”, comemorou o Sindicato dos Servidores Públicos.

“A segunda conquista foi a manutenção da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas. E a terceira grande vitória foi impedir que o aumento da alíquota da previdência fosse votado durante o período de convocação extraordinária”, completou.

Previdência privada para os servidores

Ainda assim, mesmo sob a pressão dos trabalhadores, os deputados aprovaram o Projeto de Lei (PL) que institui a previdência complementar para os servidores públicos que ingressarem nos novos concursos. O projeto limita as aposentadorias dos futuros servidores ao teto do regime geral, que atualmente é de R\$ 5.531,31.

Ou seja, caso novo funcionário público estadual que receba acima do teto queira receber sua aposentadoria de forma integral, ele terá que pagar a previdência complementar.

Trump inaugura 'Estado da União' com racismo e ameaça de guerra



Malcolm Alexander com o neto e o filho Negro inocente é libertado após 38 anos encarcerado em New Orleans, Louisiana

O negro Malcolm Alexander, que havia sido condenado à prisão perpétua por estupro na Louisiana e estava no cárcere há 38 anos, foi libertado na terça-feira (30), aos 58 anos, após teste de DNA inocentá-lo e ter seu julgamento revisto. "Rezei minha vida inteira por isso", disse seu filho, Malcolm Stewart, que estava no tribunal.

Alexander, ainda de algemado e de uniforme laranja de presidiário, abriu um largo sorriso quando a juíza June Dagensburg determinou sua libertação após quase quatro décadas de injustiça. Seus familiares – inclusive a mãe idosa e o neto – e amigos comemoram, aplaudindo e chorando ao mesmo tempo. Quando ele entrou na prisão, tinha 20 anos.

Procuradores haviam concordado em retirar a acusação e sua condenação - de 1979 - foi cancelada. Duas horas depois ele deixou a cadeia de Jefferson Parish, em Nova Orleans.

"Agradeço a todos vocês do fundo do meu coração", disse a mãe, Maudra Alexander, de 82 anos, soluçando em sua cadeira de rodas, aos advogados que conseguiram a reabertura do caso e libertação do filho Malcolm, que sempre se disse inocente.

Conforme seus atuais defensores, do "Innocence Project", o advogado do primeiro julgamento de Alexander falhou ao não enfatizar que a vítima tinha tido dúvidas quando o reconheceu como o estupro em 1979. Evidências de DNA descobertas em 2013 e que eram consideradas perdidas foram essenciais para a reversão.

Foi demonstrado que pelos pubianos recolhidos na cena do crime, um banheiro na loja da vítima, não pertenciam à vítima ou a Alexander, conforme testes de DNA, reforçando sua reiteração de não ser o agressor.

O diretor do Innocence Project, de Nova Iorque, Barry Scheck, agradeceu à cooperação do escritório do xerife de Jefferson Parish e da Promotoria do Distrito de Jefferson Parish, que considerou chave para a libertação de Alexander.

Em comunicado, o promotor Paul Connick disse concordar com a libertação. "Após uma extensa investigação durante os últimos dois anos e meio, concordei com os advogados de pós-condenação do Sr. Alexander que o advogado de defesa durante seu julgamento de um dia ocorrido há 37 anos forneceu uma representação ineficaz em violação dos seus direitos constitucionais", assinalou.

Polícia prende e algema criança de sete anos em escola de Miami

Um vídeo que mostra um menino de sete anos sendo algemado e posto em uma viatura em uma escola de Miami após agredir uma professora está causando um grande discussão nos EUA. O incidente ocorreu na quinta-feira (25) e foi gravado no celular e postado pela indignada mãe nas redes sociais, tendo mais de 3 milhões de visualizações. A criança também foi levada à força a um hospital para "exame psicológico" onde ficou por 72 horas.

A mãe, Mercy Alvarez, disse que seu filho não tem uma doença mental e afirmou que ele sofreu "abuso policial". "Isso é demais para um garoto dessa idade. Não pode ser um procedimento normal", acrescentou. Ela também denunciou que foi impedida de acompanhar o filho no centro de saúde mental.

Ainda segundo Alvarez, o garoto não se comportava de forma agressiva antes do ano letivo começar. Ela acrescentou que até então ele tirava boas notas e se comportava bem. Em entrevista à Associated Press, a mãe questionou ainda de por que "se meu filho não estava mais agressivo quando chegamos, como eles dizem que ele estava, por que tomar medidas tão extremas?".

Segundo relatos, a professora teria pedido ao menino que pa-

rasse de brincar com a própria comida no refeitório. Ele teria se recusado a parar e foi retirado do local. Com raiva, a criança puxou o cabelo da educadora, além de dar socos e chutes, até que os dois caíram.

Então a polícia foi chamada para deter e algemar a criança de sete anos. Ela foi ainda levada a um hospital, segundo uma lei da Flórida que permite à polícia levar pessoas à força para uma avaliação psiquiátrica caso haja ameaça a si próprio e a terceiros.

Após a repercussão do caso, o chefe da polícia local, Ian Moffett, admitiu que é "raro" que essa lei seja aplicada a alunos tão jovens. Na versão da porta-voz do distrito escolar onde aconteceu o problema, Jaquelyn Calzadilla, a criança não foi presa, "mas contida para transporte" [na viatura].

A mesma criança havia sido presa em novembro – o ano letivo nos EUA começa em agosto ou setembro – por bater nos colegas. Conforme as agências de notícias, a professora – que não tinha ferimentos visíveis – asseverou estar "com dor nas costas" e se disse disposta a entrar na justiça. O pai, Rolando Fuentes, chegou a pedir aos policiais que o algemassem e o levassem na viatura, "não meu menino". Foi ignorado.



Enquanto Muller não vem, Congresso americano e 'Shithole' Trump se aturam

Correligionários de Bill Clinton encenam adesão ao #MeToo

A bancada democrata fez sua parte na encenação geral do "Estado da União": toda trajada de preto, em sinal de solidariedade com o movimento #MeToo anti-assédio sexual, de acordo com a mídia.

Dizem as más línguas que o notório predador Bill Clinton teve de ser escondido atrás de uma cortina.

França inclui tráfico de drogas no cálculo do PIB

Atendendo a determinação da União Europeia e seu órgão estatístico, o Eurostat, a França anunciou uma revisão no cálculo do PIB para incluir o dinheiro do tráfico de drogas.

No início de 2013, o Eurostat decidiu que as receitas do tráfico de drogas e da prostituição são produzidas através de transações comerciais livremente conduzidas no mercado e, portanto, devem ser integradas às contas nacionais. Itália, Espanha, Grã-Bre-

tanha e outros países já atenderam à decisão, o que resultou em aumento dos respectivos PIBs.

Com certo atraso, a França está se adequando às melhores práticas em vigor na UE quanto à determinação do PIB. Agora o Instituto nacional de estatística francês, o INSEE, anunciou que o dinheiro do tráfico será contabilizado para efeitos do PIB.

Por uma divergência metodológica com o

orçamento item que proíbe que Trump demita o investigador especial Muller.

A direção nacional democrata pegou um neto de Bob Kennedy para o discurso de resposta ao Estado da União, na tentativa de engrupir os desavisados, mas é só Wall Street e 'política da identidade'.

Putin ironiza 'lista do Kremlin': cães ladram enquanto a caravana passa

O presidente russo Vladimir Putin ironicamente se declarou "desapontado" por não ter sido incluído na "Lista do Kremlin" do Departamento do Tesouro ianque, que inclui o chanceler Sergei Lavrov, o ministro da Defesa Sergei Shoigu e o primeiro-ministro Dmitry Medvedev, mais executivos de estatais e conhecidos oligarcas.

Aparentemente, trata-se de uma ameaça de mais sanções com base em uma lei anti-Rússia aprovada no Congresso dos EUA, mas, como acrescentou Putin, "os cães ladram e a caravana passa". Como a Síria está aí

para mostrar. Talvez a lista seja apenas para reforçar a encenação do "Russiagate", na expectativa de que vá ajudar a puxar o tapete de Trump. Mas alguém precisa urgente avisar aos burocratas do Departamento do Tesouro, que devem andar sem ter o que fazer, que a Rússia é uma superpotência nuclear e ali o buraco é mais embaixo.

Para analistas, a Lista do Kremlin é a junção da lista telefônica do Kremlin com a relação de bilionários russos da Forbes e de executivos das estatais e muita, muita estupidez. Senadores russos não tiveram

o mesmo humor sarcástico de Putin e classificaram a lista de "praticamente uma declaração de guerra". Outro objetivo implícito é chantagear os demais países – e os próprios norte-americanos – para que não aprofundem as relações com a Rússia e dificultar os contatos. A poucos meses da Copa do Mundo, o Departamento de Estado acaba de rotular a Rússia como um destino de viagem de "nível 3", ao lado de Mauritânia e Sudão. A ideia é assustar os cidadãos dos EUA para que não vejam a Rússia com seus próprios olhos.

Dos seus feitos de primeiro ano de governo, referiu-se à confirmação do juiz arquirreacionário Neil Gorsuch para a Suprema Corte, à revogação de regulamentação aos bancos, corporações e meio ambiente, e a "100%" da derrota do Estado Islâmico.

Como mesmo na encenação de Putin e classificaram a lista de "praticamente uma declaração de guerra". Outro objetivo implícito é chantagear os demais países – e os próprios norte-americanos – para que não aprofundem as relações com a Rússia e dificultar os contatos. A poucos meses da Copa do Mundo, o Departamento de Estado acaba de rotular a Rússia como um destino de viagem de "nível 3", ao lado de Mauritânia e Sudão. A ideia é assustar os cidadãos dos EUA para que não vejam a Rússia com seus próprios olhos.

Equatorianos exigem investigação da Chevron por compra de testemunhas e outras fraudes

Ele insiste em fazer o muro na fronteira com o México, insulta a Coreia, doura a decadência dos EUA, louva Wall Street e diz que "nunca houve momento melhor para viver o sonho americano"

Para quem gosta mesmo é de tuitar, um discurso de 80 minutos – haja teleprompter – é quase uma eternidade, com Donald Trump – em meio à demissão do vice do FBI que protegia Hillary, ao memorando que flagra a interferência das agências de espionagem nas eleições americanas e à intensificação do cerco do investigador Robert Muller – chamando no maior cinismo "republicanos e democratas" à "unidade". Além de pedir mais dinheiro para o Pentágono, voltar a ameaçar a Coreia e anunciar que vai manter aberto o campo de concentração de Guantánamo.

Tradição iniciada pelo primeiro presidente, George Washington, o "Estado da União" tem se tornado a cada ano um ritual mais vazio, porém cheio de loas aos "nossos valores", "aos nossos militares" e ao imperialismo americano. Trump chegou a pedir – e foi atendido – uma ovação para seu chefe do Pentágono, general "Cachorro Doido" Mattis, principal momento de consenso de democratas e republicanos durante o discurso.

Se há dúvida sobre a crise e a decadência dos EUA, a maior evidência disso é exatamente que uma nulidade como Trump – "personalidade buraco de merda" segundo os manifestantes anti-Davos – seja o presidente. O que não seria muito diferente se Wall Street houvesse emplacado sua palestrante preferida, Hillary.

Deixadas para trás as promessas de "drenar o pântano" da posse, o primeiro bilionário a ocupar em pessoa a Casa Branca vangloriou-se de que "nunca houve um momento melhor para começar a viver o sonho americano". Assertiva com a qual o 1% mais rico, e ainda mais o 0,1% de magnatas como ele, não têm do que discordar. Afinal, três bilionários (Jeff Bezos, Bill Gates e Warren Buffett) têm tanta riqueza quanto a metade mais pobre da população dos EUA, 160 milhões de pessoas.

Não é todo dia que a plutocracia é agraciada com US\$ 1,5 trilhão em corte de impostos. Nem que o imposto de renda das corporações caia de 35% para 21%. Ou haja uma anistia para repatriar o dinheiro mantido em paraísos fiscais sem pagar imposto.

Para Trump, outra demonstração desses tempos magníficos é a euforia em Wall Street, com as ações nos píncaros. Ele também voltou a alardear seu plano de infraestrutura de US\$ 1,5 trilhão – em grande parte dinheiro privado, segundo ele –, que, asseverou, vai fornecer a infraestrutura "segura, rápida, confiável e moderna que nossa economia precisa e nossa gente merece". Asseverou que as fábricas "estão de volta" e que não haverá mais acordos comerciais danosos.

De seus feitos de primeiro ano de governo, referiu-se à confirmação do juiz arquirreacionário Neil Gorsuch para a Suprema Corte, à revogação de regulamentação aos bancos, corporações e meio ambiente, e a "100%" da derrota do Estado Islâmico.

Como mesmo na encenação de Putin e classificaram a lista de "praticamente uma declaração de guerra". Outro objetivo implícito é chantagear os demais países – e os próprios norte-americanos – para que não aprofundem as relações com a Rússia e dificultar os contatos. A poucos meses da Copa do Mundo, o Departamento de Estado acaba de rotular a Rússia como um destino de viagem de "nível 3", ao lado de Mauritânia e Sudão. A ideia é assustar os cidadãos dos EUA para que não vejam a Rússia com seus próprios olhos.

Escócia aprova lei para garantir às mulheres 50% dos cargos públicos

O Parlamento escocês aprovou uma lei garantindo que pelo menos 50% dos postos executivos nas instituições públicas sejam destinados a mulheres. A medida foi aprovada na quarta-feira (31), e terá validade em toda a esfera pública, a exemplo da polícia, bombeiros, colégios, universidades, fazendo da Escócia uma região precursora da defesa dos direitos das mulheres no Reino Unido.

Para quem gosta mesmo é de tuitar, um discurso de 80 minutos – haja teleprompter – é quase uma eternidade, com Donald Trump – em meio à demissão do vice do FBI que protegia Hillary, ao memorando que flagra a interferência das agências de espionagem nas eleições americanas e à intensificação do cerco do investigador Robert Muller – chamando no maior cinismo "republicanos e democratas" à "unidade". Além de pedir mais dinheiro para o Pentágono, voltar a ameaçar a Coreia e anunciar que vai manter aberto o campo de concentração de Guantánamo.

Tradição iniciada pelo primeiro presidente, George Washington, o "Estado da União" tem se tornando a cada ano um ritual mais vazio, porém cheio de loas aos "nossos valores", "aos nossos militares" e ao imperialismo americano. Trump chegou a pedir – e foi atendido – uma ovação para seu chefe do Pentágono, general "Cachorro Doido" Mattis, principal momento de consenso de democratas e republicanos durante o discurso.

Se há dúvida sobre a crise e a decadência dos EUA, a maior evidência disso é exatamente que uma nulidade como Trump – "personalidade buraco de merda" segundo os manifestantes anti-Davos – seja o presidente. O que não seria muito diferente se Wall Street houvesse emplacado sua palestrante preferida, Hillary.

Deixadas para trás as promessas de "drenar o pântano" da posse, o primeiro bilionário a ocupar em pessoa a Casa Branca vangloriou-se de que "nunca houve um momento melhor para começar a viver o sonho americano". Assertiva com a qual o 1% mais rico, e ainda mais o 0,1% de magnatas como ele, não têm do que discordar. Afinal, três bilionários (Jeff Bezos, Bill Gates e Warren Buffett) têm tanta riqueza quanto a metade mais pobre da população dos EUA, 160 milhões de pessoas.

ATAQUE A IMIGRANTES

No lugar dos "estupradores e assassinos mexicanos" dos comícios, Trump atacou os salvadorenhos, que devem ser expulsos em massa até 2019, dizendo que foi a imigração que trouxe a gangue MS 13 aos EUA, quando na verdade esta surgiu nas favelas de Los Angeles e presídios americanos. No discurso, Trump não chegou a dizer diretamente que "meu botão nuclear é maior", mas insistiu nas ameaças e ofensas à Coreia Popular, e enalteceu o rearmamento nuclear – como se os EUA houvessem em algum instante deixado de chantagear os demais povos com seu arsenal atômico.

"Um poder sem par é a melhor forma de defesa", asseverou, como se 1000 bases no exterior, mais de uma dezena de frotas de porta-aviões e gasto militar que é maior do que o dos 14 países que vêm em seguida tivesse alguma coisa a ver com "defesa". Mas, apesar disso, vivem sendo surrados por povos muito menos armados e estão atolados no Afeganistão há 16 anos.

Além de plagiar aquela encenação de Obama sobre a "unidade" suprapartidária, Trump também repetiu o costume deste de citar algumas figuras, como forma de aparentar proximidade com a plebe. Teve até um débil mental que se prestou a jogar para o alto as muletas.

De passagem, Trump falou sobre o Pentágono ter reparado que China e Rússia têm a dimensão de adversários estratégicos, mas voltou a ameaçar países que insistem em sua soberania, como Cuba, Irã e Coreia Popular – contra esta, ele despejou o máximo de ranco. Recebeu como resposta de Pyongyang que não passa de um "racista".

ANTÔNIO PIMENTA

O nacionalismo da oposição parlamentar à ditadura (2)

Alencar Furtado: "Urge conter-se o acelerado processo de desnacionalização das nossas riquezas, bem como o clamoroso e preocupador empobrecimento popular"

ALENCAR FURTADO

A Nação, sofrida e reprimida nos seus anseios, apoiou aqueles que por ela falavam, identificados com a democracia social, o nacionalismo e a liberdade.

Mas o Governo imprescindido do apoio popular, que neste pleito não recebeu, para enfrentar os gigantes problemas que atormentam o País.

As poderosas oligarquias, unidas ao capital forâneo, influenciam, doutrinam, controlam e sustentam o regime. Os grandes grupos econômicos multinacionais apropriaram-se dos pontos estratégicos da nossa economia oferecendo riscos à segurança do País e transformando-se, inexoravelmente, na maior força antinacional.

O SR. J.G. de ARAÚJO JORGE: V. Exa. chamou a atenção para o problema básico de que o Governo colocou o povo como pedinte do estrangeiro. O nobre colega referiu-se também às multinacionais. Disponho de dados que provam que apenas seis grandes firmas estrangeiras instaladas no Brasil tiveram um faturamento de 3 bilhões e 300 milhões de cruzeiros no ano de 1973; que apenas 20 firmas estrangeiras têm um faturamento correspondente a 50% das 2.345 principais empresas brasileiras. A posição que o Governo ocupa, de costas para o povo, a solicitar cada vez mais empréstimos ao estrangeiro, a atitude de deixar o País e a população trabalhadora asfixiada com o achatamento salarial, levounos à situação de descalabro em que nos encontramos. E como consequência desse quadro tivemos o aumento assustador da mortalidade infantil. Segundo o IBGE, morreram anualmente, nos últimos 10 anos, de 64 para cá, cerca de 500 mil crianças brasileiras de 1 a 5 anos de idade. E desapareceram porque subnutridos, sem condições de sobrevivência. A Comissão de Saúde da OEA, pesquisando em São Paulo, chegou à conclusão de que 69% das mortes das crianças decorriam de seu estado de subnutrição. Todas as consequências sócio-políticas podem ser tiradas do pleito que se realizou, como lições para que o Governo e nós, do MDB, unidos, partamos para uma nova tese, a da anistia, a do perdão, a fim de que todos os brasileiros possam participar da vida política do País. Não nos podemos dar ao luxo de alijar do quadro político da Nação tantos homens, sem que se lhes tivesse dado sequer o direito de defesa e a possibilidade de saberem as razões por que foram banidos da vida pública, num ostracismo perpétuo, incompatível com qualquer processo democrático.

O SR. ALENCAR FURTADO: Muito obrigado pelo precioso e oportuno aparte de V. Exa. Nesta Pátria que todos estremeçemos, um Governo jamais pode ser tido como Comitê Executivo do capitalismo internacional, nem ser concebido como o braço armado das oligarquias. Urge conter-se o acelerado processo de desnacionalização das nossas riquezas, bem como o clamoroso e preocupador empobrecimento popular.

Nesta década, a tese da concentração de riquezas, para só depois pensar-se em distribuição de renda, transformou-se em filosofia do Governo, condenada pela Oposição. Destacamos, por isso, a nova postura do Governo no II Plano Nacional de Desenvolvimento, repelindo aquela teoria nos termos candentes seguintes:

"... o Governo não aceita a colocação de esperar que o crescimento econômico, por si, resolva o problema da distribuição de renda, ou seja a teoria 'de esperar o bolo crescer'.

"Há necessidade de, mantendo acelerado o crescimento, realizar políticas redistributivas 'enquanto o bolo cresce'. A verdade é que, de um lado, o crescimento pode não resolver o problema da adequada distribuição de renda, se deixado à simples evolução dos fatores de mercado. E, de outro lado, a solução através do crescimento, apenas, pode demorar muito mais do que a consciência social admite, em termos de necessidade de melhorar rapidamente o nível de bem-estar de amplas camadas da população.

"A estrutura da distribuição de renda é insatisfatória e com ela a Revolução não se solidariza".

É o novo pensamento filosófico do Governo que veio, em parte, ao encontro das teses oposicionistas, que sempre pregaram o humanismo do desenvolvimento econômico.

SITUAÇÃO

Em verdade, incorporar 80 milhões de brasileiros à sociedade de consumo seria a grande meta de um Governo em termos de valorização do homem e de recuperação do mercado interno.

Desenvolvimento é feito com trabalho e participação - e não com trabalho e marginalização.

De 1960 a 1970, a participação dos 50% mais pobres da população caiu para 14% enquanto a dos 5% mais ricos subiu para 36%.

A renda total cresceu 34%, mas já em 1970 os 80% mais pobres ficaram com 8,4% da renda, enquanto 5% mais ricos ficaram com 77,6%. A locupletação nem sóbria é, porém sobeja.

A concentração da renda nacional encontra-se, majoritariamente, em mãos dos grupos econômicos, que nesses dez anos remeteram de lucros para o exterior cerca de três bilhões de dólares, mais do que toda a moeda em circulação neste País.

Os interesses do Brasil não se podem submeter aos donos do poder econômico, educados e conduzidos para a permanente consolidação dos capitalistas internacionalizados.

O nacionalismo que pregamos é protetor da soberania na esfera política e do desenvolvimento no campo econômico

Os grupos dominantes necessitam de matérias-primas da economia dependente, esquivando-se, portanto, de oferecer dinâmica de crescimento a esta. Daí o domínio colonial fascista, impeditório de mudanças sociais, as quais, para terem uma economia autônoma, necessariamente procurariam libertar-se do



Reunião com alguns integrantes do grupo autêntico do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho ao centro

jugo colonial locupletador, antiprogressista e absorvente.

Há, assim, um conflito de estruturas: a colonial contra a nacional, fornecendo impasses formidáveis e desvãos terríveis.

A nossa economia, portanto, está garroteada e submissa. Os nossos produtos não poderão competir nos mercados mundiais se o cruzeiro não se desvalorizar continuamente. E a cada perda de substância da nossa moeda entregamos mais sacas de café e mais toneladas de minérios, em troca do que precisamos adquirir, a par da erosão salarial interna e dos reflexos psicológicos sobre o custo de vida.

Estamos transferindo para o estrangeiro os benefícios do esforço que fazemos para progredir.

Exportar não está sendo mais do que trabalharmos para dar a outros povos o conforto que a nós mesmos devemos. Compramos lá fora sapatos e veículos fabricados aqui, e até o nosso café, a preço menor que o mesmo vendido no Brasil.

O esforço que temos realizado para aumentar as exportações é econômica e socialmente penoso. Exportar é uma imposição, mas não em prejuízo das necessidades internas, pois ensinam os economistas que só se deve vender o que excede do consumo doméstico.

Nem por isso a nossa balança comercial deixa de ser deficitária, e neste exercício o deficit excede de 5 bilhões de dólares, fato de suma gravidade e indicador de maior desequilíbrio financeiro.

Nesse consórcio Governo-grupos multinacionais, povo e Nação se prejudicam e a própria Segurança Nacional é afrontada.

O Governo exhibe índices de crescimento nacional à base de um endividamento de 20 bilhões de dólares, de empréstimos compensatórios onerosos ou de outros impostórios, que nos chegam na forma de bens duráveis, de interesse dos grupos externos para competirem ou esmagarem a indústria nacional.

Indústria nacional que, em verdade, é predominantemente estrangeira, como sejam: a de veículos automotores e seus acessórios, a indústria de minérios, de alta importância militar, que está, preponderantemente, sob o controle de grupos internacionais; a

petroquímica, a do vidro, a da soda cáustica, a da construção de máquinas, a naval, a do aço, cimento, metais não ferrosos, potássio, maquinaria leve, farmacêutica, eletrotécnica, química, telecomunicação, borracha, papel e celulose, alimentícia, plástica, securitória, comercial, hoteleira, cinematográfica, armazenagem, exportação de produtos agropecuários, sem falarmos na distribuição de gasolina, na influência no setor financeiro, investimentos e serviços públicos. São ainda favoritos dos financiamentos dos nossos organismos de créditos e manipuladoras da poupança popular.

A nosso ver, a economia nacional sob tal domínio é o maior problema que enfrenta o Brasil.

Num mundo em depressões, crises ou recessões, país em desenvolvimento, como o Brasil, não pode submeter a sua economia ao domínio de outros países, sob pena de padecer guerra psicológica adversa por parte de terroristas do imperialismo, que agem violando fronteiras sem tropas visíveis, mas através do endividamento do país, da opressão econômico-financeira, do controle do comércio exterior, do estrangulamento da indústria nacional, da desnacionalização das riquezas, da remuneração à grande imprensa, da opressão política e da repressão policial. Se tais fatos acontecem, em perigo se encontra a soberania nacional, e não havendo um sentido de libertação contra esse jugo, ficam interditados os caminhos do desenvolvimento, as crises sociais se aprofundam e a mística nacional é destruída.

O SR. LYSÁNEAS MACIEL: Nobre Deputado, quando V. Exa. mostra as garras das multinacionais sobre todos os setores da vida nacional, gostaria apenas de lembrar um detalhe de máxima importância. Há pouco tempo, foi realizada, nos Estados Unidos, uma reunião da "American Management Association" ou seja, uma organização que reúne todas as grandes companhias multinacionais, notadamente as norte-americanas. E o Presidente dessa entidade colocou tranquilamente em seu *curriculum vitae*: formado em Harvard, representante do Grupo ULTRA do Brasil e de outros organismos multinacionais e também - vejam V. Exa. -

A concentração da renda nacional encontra-se, majoritariamente, em mãos dos grupos econômicos, que nesses dez anos remeteram de lucros para o exterior cerca de três bilhões de dólares, mais do que toda a moeda em circulação neste País. Os interesses do Brasil não se podem submeter aos donos do poder econômico, educados e conduzidos para a permanente consolidação dos capitalistas internacionalizados. O nacionalismo que pregamos é protetor da soberania na esfera política e do desenvolvimento no campo econômico

assessor da CIA. E no seu discurso inaugural, proferido na presença de representantes das grandes multinacionais para estudar o ambiente de negócios na América Latina, notadamente no Brasil, o Sr. H. L. Hoffenberg defendeu claramente, na presença do embaixador brasileiro, do embaixador argentino, de vários representantes diplomáticos, do Sr Daniel Szabo, Subsecretário de Estado e do Secretário de Comércio Norte-americano e até de um observador da União Soviética, o ponto de vista de que, em nível governamental, Washington deveria considerar a hipótese de intervenção militar nesses países, ainda que mantivessem reputação de nação repressiva, desde que eles conservassem razoável desenvolvimento econômico. Nível governamental... Vejam V. Exa. a gravidade do que foi dito na presença de representantes diplomáticos de diversos países da América Latina e também do representante oficial do Governo norte-americano: intervenção para manter a repressão. E o mais grave, Srs. Deputados, é que aquela reunião foi precedida de ampla distribuição de material sobre a repressão, a tortura, a violação dos



direitos humanos no Brasil. Tal distribuição não foi feita pela imprensa socialista ou européia, mas pela imprensa norte-americana, a insuspeita imprensa norte-americana. Aquelas decisões, portanto, que determinaram estarem as autoridades brasileiras submissas aos interesses internacionais, não foram sequer tomadas em nosso País. Foram objeto de discussão num plano quase oficial em outra Nação. Decisões que nos afetaram e nos estão afetando profundamente, ao ponto de vermos, por exemplo, no mesmo dia em que se condecorava o chefe dos bandidos do "Esquadrão da Morte", o Delegado Fleury, de São Paulo, dar entrada na prisão o Deputado Francisco Pinto.

O SR. ALENCAR FURTADO: O aparte de V. Exa. denuncia uma trama internacional, que deve ser constante contra os países em desenvolvimento. Os grupos econômicos multinacionais que assaltam a economia desses países dominam-nos também politicamente, em regra. Agrava-se e até se qualifica o delito político-econômico, quando sabemos que não têm interesse na preservação dos princípios éticos da vida. Seu Deus e sua pátria é seu lucro. Por isso mesmo, a denúncia que V. Exa traz é apenas a reiteração de um comportamento que tem muito de delinquente no trato desses grupos com os países em desenvolvimento.

OBJETIVO

As Forças Armadas do Brasil têm tradição legalista e formação eminentemente nacionalista. Já se recusaram a servir de capitães-do-mato em defesa do regime escravagista. Não se prestam a pretorianismo meramente policial, até porque sua verdadeira função precípua consiste em serem guardiães dos interesses nacionais.

Todos contraímos grandes responsabilidades: Partidos, Governos e Forças Armadas. O povo exige mudança de comportamento do Governo, o revolver de estruturas alienadas e uma diretriz filosófica nacionalista.

A Nação é organismo vivo, e nas suas palpações anseia por segurança voltada para a valorização do homem no processo do desenvolvimento e por Liberdade assegurada pelo Estado de Direito.

O Governo, à sua vez, há de submeter os grupos econômicos multinacionais à vontade e aos interesses do povo brasileiro.

Necessita oxigenar as liberdades, oferecendo inclusive à imprensa carta de alforria, em face do guante da censura prévia. Precisa palmilhar os caminhos das instituições democráticas, banindo-se tanto a super como a sublegalidade.

São propósitos, sugestões e análises que patrioticamente oferecemos acordes com as posições com que sempre nos identificamos, demonstrando desarmamento de espírito na disponibilidade em que nos encontramos permanentemente, para servir ao Brasil.

Era o que tinha a dizer. (Aplausos.)